16º edição da publicação acadêmica destaca seis textos inéditos

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) divulga, nesta sexta-feira (3), a 16ª edição da Revista da CGU. A publicação traz seis artigos científicos, distribuídos em três linhas de pesquisa: auditoria, transparência e orçamento público. Os textos são inéditos e resultam de estudo realizado por professores, estudantes e profissionais de órgãos de controle, inclusive de servidores da CGU, cuja contribuição advém da Política de Capacitação em nível de pós-graduação.

A publicação reúne os seguintes artigos:

- Valor pago por aluno adicional nas universidades federais brasileiras com o programa Reuni
- Decisões judiciais e representações orçamentárias: o caso das terceirizações
- O problema da escolha de objetos em trabalhos de auditoria e controle: uma proposta de simplificação com o uso do Índice de Significância dos Controles (ISC)
- Descobrindo a realidade por trás das afirmações da administração: uma abordagem qualitativa para identificar achados de auditoria utilizando diagrama de evidências
- A institucionalização da atividade de auditoria interna no Poder Executivo Federal
- O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica

Todos os artigos publicados foram avaliados por um sistema “duplo-cego” que garante isonomia e impessoalidade ao procedimento de seleção. Os textos apresentados não representam necessariamente a opinião e/ou posicionamento do Ministério e são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A revista tem caráter multidisciplinar e é qualificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior como B4 no sistema Qualis-Periódicos. Desse modo, os artigos publicados são relevantes para seleções de mestrado e doutorado de todo o Brasil.

Próxima edição

A Revista da CGU já está recebendo artigos para a 17ª edição. Para participar, os interessados devem efetuar cadastro e realizar upload do artigo. Podem participar servidores da CGU, assim como pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, estudantes e profissionais de outras entidades.

A política editorial mantém a preferência por artigos que se vinculem aos temas de controle interno, correição, transparência, participação social, ouvidoria, melhoria da gestão e enfrentamento à corrupção; todavia, agora as linhas de pesquisa são mais abrangentes, compreendendo novos temas conexos à atividade da CGU e de controle.

Os textos devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme orientações disponíveis no sítio eletrônico.

Fonte: CGU, em 03.08.2018.